



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TYAGO OLIVEIRA DO CARMO

**BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR:
ESTUDO DO CASO DA ESCOLA MUNICIPAL XAVIER MARQUES – SALVADOR.**

SALVADOR
2009

TYAGO OLIVEIRA DO CARMO

**BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR:
ESTUDO DO CASO DA ESCOLA MUNICIPAL XAVIER MARQUES – SALVADOR.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de
Ciência Econômicas da Universidade Federal da Bahia
como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Antônio Plínio Pires de Moura.

**SALVADOR
2009**

TYAGO OLIVEIRA DO CARMO

BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE DE FREQUÊNCIA ESCOLAR: ESTUDO DO CASO DA ESCOLA MUNICIPAL XAVIER MARQUES – SALVADOR.

Aprovada em maio de 2009.

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciência Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: _____
Prof. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Bouزيد Izerrougene
Prof. Dr. da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Economista Luiz Alberto Lima Teixeira
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado força e sabedoria nestes quatro anos. Os agradecimentos se estendem aos meus pais, por eles terem me dado além dos estudos, princípios para minha vida, e a minha irmã, pois foi a grande incentivadora para que eu entrasse na Universidade. Por fim, a todas pessoas que compõem a Faculdade de Ciências Econômicas, em especial a turma de 2005, a Marisa, funcionária do Colegiado e a Plínio, que é mais que professor e orientador é amigo e conselheiro.

RESUMO

Este trabalho monográfico procurou demonstrar a importância do Bolsa Família para o aumento da frequência escolar dos estudantes de baixa renda. Com isso, o jovem pode se qualificar melhor para atuar tanto na esfera pública, quanto na privada, com reflexos na remuneração recebida, traduzindo o benefício social em mais consumo, emprego e renda. O programa se propôs a fazer por meio de sua condicionalidade de frequência, influenciar na permanência do estudante na escola. A pesquisa da frequência dos alunos beneficiados, na Escola Municipal de Salvador, Xavier Marques, procurou checar se o Bolsa Família está sendo eficaz nesse aspecto.

Palavras-chave: Bolsa Família. Educação. Inclusão social.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Frequência dos alunos beneficiados em 2007.	27
GRÁFICO 2 –	Frequência dos alunos beneficiados da Alfabetização e 4ª Série.	28
GRÁFICO 3 -	Frequência dos alunos beneficiados em 2008.	29
GRÁFICO 4 -	Frequência dos alunos beneficiados da 4ª e 1ª Série.	30
GRÁFICO 5 -	Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2007.	32
GRÁFICO 6 -	Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2008.	33
GRÁFICO 7 -	Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2007 e 2008.	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Transferência para famílias com renda per capita de até 69,00 (maio/2009).	21
TABELA 2 – Transferência para famílias com renda per capita de 69,01 a 137,00 (maio/2009).	22
TABELA 3 – Brasil: Abrangência Nacional do Bolsa Família (maio/2009).	23
TABELA 4 - Frequência dos alunos beneficiados em 2007.	27
TABELA 5 - Frequência dos alunos beneficiados em 2008.	29
TABELA 6 - Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2007.	31
TABELA 7 - Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2008.	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL	11
2.1	DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE BEM-ESTAR	13
2.2	ESTADO DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	14
2.3	CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	16
3	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	18
3.1	CONDICIONALIDADE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR	24
4	ESTUDO DE CASO: A ESCOLA MUNICIPAL XAVIER MARQUES	26
4.1	FREQUÊNCIA DOS ALUNOS BENEFICIADOS	26
4.2	COMPARAÇÃO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIADOS E NÃO BENEFICIADOS EM 2007 E 2008	31
5	CONCLUSÕES	35
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo vai tratar de um dos maiores programas sociais que o Brasil já teve, o Bolsa Família, instituído pelo Governo Lula em outubro de 2004 e que hoje conta com mais de onze milhões de beneficiados. O trabalho foi focado em uma das condicionalidades do Programa, que é a de frequência escolar, pois os estudantes devem estar dentro do percentual de presença exigido pelo benefício, para que sua família mantenha o benefício. Assim, o Governo procura combater o trabalho infantil, distanciar o jovem da criminalidade e dar condições para que ele tenha melhores oportunidades. De acordo com essa política, a pesquisa buscou saber em que medida o Bolsa Família mantém o estudante em sala de aula por meio do estudo de caso da Escola Municipal Xavier Marques, instituição situada em bairro da periferia de Salvador.

Antes de proceder ao estudo de caso, que será objeto do capítulo 4, esta monografia fez no capítulo 2 um apanhado histórico, da origem desta maneira de atuação estatal, o denominado Estado de Bem-Estar Social. Esse modelo surgiu no século XIX, mas guarda semelhanças com a política atual do governo, pois em ambos os casos o estado estabelece um programa para suprir a população de determinados serviços e corrigir as imperfeições criadas pelo mercado. No caso do Programa Bolsa Família, o Governo vem procurando minimizar o estado de pobreza, proporcionando distribuição de renda e bem-estar a uma parte da população. O capítulo 3 trata da operacionalização do Programa, das famílias que têm direito ao benefício, dos valores que receberão e das contrapartidas que devem cumprir. Quanto às obrigações que as famílias precisam realizar, vai ser abordada a importância da condicionalidade de frequência escolar, com as vantagens para o jovem e a sociedade que a sua formação escolar vai proporcionar, pois partiu-se da premissa de que o jovem ao concluir seus estudos tem condições de adentrar no mercado de trabalho, auferindo maior renda. Contudo, o conhecimento adquirido não ficará restrito a si, mas compartilhado com o restante da sociedade, seja numa profissão que tem uma relação direta com o público, professor ou médico, seja servindo de mão-de-obra qualificada para as empresas, como explicitado por Simonsen:

Há em educação o que se chama de externalidade positiva. Uma externalidade ocorre quando a ação de um indivíduo causa impacto no bem-estar dos outros. Diz-se positiva, se for para melhor, e negativa se for para pior. Um indivíduo instruído não só utiliza seu “estoque” de conhecimento em benefício próprio, mas também transfere parte do que aprendeu para quem com ele convive, de modo que estas pessoas são beneficiárias de seu

nível de instrução. Isso faz mais do que o acréscimo de renda de um único indivíduo (apud. LEAL, 1991, p.86).

A importância de se ter um programa que venha condicionar a transferência de renda à frequência escolar, é também ressaltada por José Márcio Camargo. Para ele a renda proveniente do Bolsa Família é uma maneira da família compensar aquela que seria obtida pelo jovem, caso este migrasse de forma precoce para o mercado de trabalho.

O elo entre esses objetivos imediatos e de longo prazo deveria passar pela educação. Se esta tem uma relação (positiva) com rendimentos auferidos no mercado de trabalho, a pobreza do núcleo familiar hoje pode determinar uma participação precoce no mercado de trabalho, o que impossibilita a educação e condiciona as possibilidades de sair da pobreza as gerações futuras. Se este diagnóstico tem algum grau de veracidade, elevar a escolaridade de crianças e jovens requer uma compensação financeira que permita cobrir o custo de oportunidade (rendimento que deixar de ganhar no mercado de trabalho) da frequência escolar. A renda mínima vinculada à educação permitiria, assim, associar uma política compensatória (objetivos sociais de curto prazo) com uma ruptura do círculo vicioso da pobreza (objetivos sociais de longo prazo) (CAMARGO, 1998, p.16).

Apresentadas as premissas do Programa Bolsa Família e sua ênfase na obrigatoriedade da frequência escolar dos filhos das famílias favorecidas, no capítulo 4 procurou-se através do estudo de caso, verificar sua influência na frequência escolar dos alunos da Escola Municipal Xavier Marques, situada no bairro do Bom Juá.

Nas considerações finais, vão ser expostos os resultados obtidos da comparação dos dados de frequência escolar dos alunos bolsistas, com o dos estudantes não beneficiados pelo Programa.

2 ORIGEM DO ESTADO DE BEM – ESTAR SOCIAL

Junto com a revolução industrial, etapa do capitalismo que introduziu nova maneira de organização do processo produtivo, desenvolveu-se uma das mais conhecidas teorias econômicas, o liberalismo, teoria que não se restringia a atuar no campo da economia, mas também no social e político. Para o liberalismo, a economia deve atuar sem qualquer tipo de regulação estatal, uma vez que as próprias leis do mercado se encarregam de regulá-lo. A racionalidade dos agentes econômicos faz que eles venham prever crises e impedir que elas possam se expandir. Quando o empresário vê que sua produção está acima da demanda, ele reduz a oferta de produtos e quando a produção está abaixo, eleva a oferta de bens, evitando crises.

O cenário da economia é montado por meio de modelos e teorias dos autores clássicos, caso da lei de Say, em que a oferta cria sua própria demanda, ou seja, a partir do processo produtivo haverá produtos, que é a oferta, resultando na distribuição de renda, que por sua vez cria demanda. Esta visão de “laissez faire, laissez passer” não é defendida por alguns autores, entre eles Jean Charles Sismondi, que pode ser considerado o pioneiro no estímulo ao surgimento do Welfare State, Estado de Bem – Estar Social. Ao contrário dos clássicos, Sismondi não analisa o capitalismo sob uma visão utópica, procura discutir os efeitos negativos trazidos pelo desenvolvimento econômico.

A revolução industrial demandou um grande volume de mão-de-obra, pois a produção em larga escala, naquele momento se tornava imprescindível para o sucesso das fábricas. No entanto, com o passar dos anos, a utilização de máquinas modificava a antiga forma de produção. Para os clássicos, a inovação aumenta a produção, barateia os produtos, expande o consumo e faz os operários trabalharem menos, tendo mais tempo para o lazer. Visão oposta teve Sismondi, pois com a intensificação do uso das máquinas haveria desemprego, aumento da oferta de mão-de-obra, reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores, juntamente com seus salários.

Para eles, os clássicos, as máquinas são benéficas por que, fornecendo gêneros mais baratos, libertam uma parte do rendimento do consumidor, aumentam, por conseguinte, a procura dos produtos e promovem, assim, a ocupação do trabalho que torna disponível. Sismondi não nega que teoricamente o equilíbrio acabe por restabelecer; toda produção nova deve, com o tempo, criar algures um novo consumo. Mas, vejamos a realidade;

deixemos de “fazer abstração do tempo e do espaço”(…). O efeito imediato das máquinas é deixar o operário sem emprego, é o aumento da concorrência, fazendo os salários baixarem, finalmente diminuindo o consumo. Longe, pois, as máquinas de serem benéficas, só produzem resultado útil se a sua introdução for precedida de um aumento de rendimento e, por conseguinte, de uma nova possibilidade de trabalho para os operários substituídos (GIDE, 1941, p.213).

As mudanças no ritmo de produção das indústrias, não se dá pura e exclusivamente pelo aparecimento das máquinas, mas também pela mudança do mercado com a concorrência entre as fábricas. A concorrência é boa para o consumidor, porém as conseqüências para os trabalhadores podem não ser, já que para as indústrias terem vantagens competitivas, sacrificam os operários, impondo maior carga horária e de trabalho, baixam os salários e utilizam trabalho infantil e de mulheres, como foi dito por Sismondi.

Em toda parte a concorrência fez entrar nas fabricas as crianças e as mulheres em lugar dos adultos. Alguns empresários, para tirar o máximo rendimento destas forças humanas, obrigam – nas a um trabalho esgotante, de noite e de dia, e só lhes pagam um salário irrisório. Ora, para que serve a barateza obtida nestas condições? A magra vantagem que dela tira o publico, é mais que compensada pela perda de vigor e de saúde dos operários. Neste caso, a concorrência consome o mais precioso dos capitais: a própria energia da raça (apud. GIDE, 1941, p.216).

Por outro lado, a economia sentirá as fissuras causadas no ambiente trabalhista e social, uma vez que o desemprego e a redução dos salários diminuem o mercado consumidor, com isso dificulta a venda dos produtos, causando crise financeira nas empresas. Este ambiente, fez Sismondi reivindicar maior presença do Estado, para resolver esse problema que deixa de ser trabalhista, para ser social e por extensão econômico.

Diante do que foi dito, é possível constatar o posicionamento favorável de Sismondi à mudança na maneira de atuação do Estado, frente às questões sociais e econômicas. Agora, a tese defendida pelo autor é compactuada por outros autores, os quais têm a mesma fonte de fundamentação, que são os destroços sociais que o avanço do capitalismo vão causando numa parcela da população. De início, serão abordadas duas vertentes que explicam o desenvolvimento do Welfare State: os Pluralistas e os Marxistas, ambos apresentando a visão de tradição Funcionalista e Conflitualista.

Os pluralista-funcionalistas, entendem as políticas sociais como relacionadas às exigências impostas pelo crescente aumento dos riscos advindos dos processos de industrialização e urbanização. Já na versão Conflitualista, os Pluralistas adotam a idéia de que as políticas sociais expressam demandas crescentes em virtude dos processos de mobilização social e política. Já na visão marxista-funcionalista, a política social é vista como exigência do próprio desenvolvimento econômico, considerado a ameaça que esse processo representa para a reprodução da força de trabalho, a partir da excessiva exploração capitalista, enquanto que na versão conflitualista, os Marxistas partem das transformações estruturais, mas relacionam mais especificamente, o desenvolvimento das políticas sociais com o processo político da luta de classes.

Contextualmente as duas visões representam uma, pois tanto os pluralistas, quanto os marxistas, na visão funcionalista, expressam que a própria estrutura capitalista, com o seu desigual desenvolvimento econômico, estimula o aparecimento das políticas sociais. Por outro lado, a versão conflitualista, demonstra que a desigualdade gera uma mobilização de baixo para cima, ou seja, revolta social da classe trabalhadora, exigindo maior atuação do Governo para modificar este cenário, já que a falta de amparo da classe proporciona sua exploração. Similar a esta versão, é a de Esping-Andessen (1980), que defende que a revolta da classe oprimida favorece mudanças no modo de atuação do Estado.

2.1 DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE BEM – ESTAR

A mobilização social melhorou as condições de trabalho, uma vez que o Estado e os sindicatos unidos fortaleceram a classe operária, tornando a discussão entre capitalistas e trabalhadores mais equilibrada, reduzindo a espoliação do passado. Agora, o benefício dos trabalhadores, acaba aquecendo a economia, uma vez que o amparo trabalhista impede a queda no salário, mantendo seu poder de compra, estimulando o consumo e a demanda agregada, como apontam Piore e Sabel (1984), “a expansão dos sindicatos nas indústrias de produção em massa, e a subsequente difusão do processo de negociação coletiva entre os trabalhadores. Esse fato foi fundamental para estabelecer salários, garantindo o poder de compra do mercado interno à mesma taxa de expansão da capacidade”.

Com o Welfare State, o Governo passou a exercer funções que até então estavam nas mãos do setor privado, tornando públicas relações antes limitadas à esfera privada e fazendo com que as alocações de recursos, antes decididas por critérios de mercado, sejam determinadas politicamente. Como foi a socialização pela reprodução da força de trabalho, que contribuiu para as empresas poderem adquirir um trabalhador qualificado, que vai ser importante no processo produtivo e no estímulo à demanda. Adicionado ao investimento em educação, o Estado de Bem-Estar, implantou a seguridade social e passou a efetuar gastos em infraestrutura. Com a seguridade social, o trabalhador não perde seu poder de compra, mesmo estando sem emprego, já que o Governo transfere renda para o desempregado, lhe dando condições para continuar consumindo e manter a economia aquecida, de acordo com Medeiros (1999, p.9) “O papel do sistema de seguridade social criado por essa nova forma de solidariedade, consiste em garantir o consumo de certos indivíduos, quando estes não estão atuando no mercado de trabalho”. Já no investimento em infra-estrutura, o Governo complementa os gastos privados, criando a demanda na sociedade. Sendo assim, o Estado de Bem-Estar atua no benefício direto, com leis trabalhistas, impedindo a exploração dos operários e de maneira indireta, pois com o desenvolvimento da economia haverá aumento do emprego, renda, consumo, maior arrecadação de impostos e políticas sociais.

2.2 ESTADO DE BEM-ESTAR BRASILEIRO

O surgimento do Welfare State nos países industrializados, ocorreu através da chamada mobilização social de baixo para cima, com a exigência dos operários por mudanças na maneira de atuação do Estado. Esta realidade não ocorreu no Brasil, pois não foi de baixo para cima e sim de cima para baixo, com o Estado criando os pilares para o aparecimento do Estado de Bem-Estar, por meio de leis trabalhistas, como a CLT e instituições para defender os direitos dos trabalhadores, como o Ministério do Trabalho. A mobilização do Governo não veio simplesmente para o benefício dos operários, mas como uma contribuição ao desenvolvimento industrial, uma vez que grande parte da população estava no campo e essas políticas vieram para estimular a migração para a cidade.

Assim, diferentemente de uma história na qual o Welfare State surge como resultado das barganhas políticas dos trabalhadores, o Brasil tem, na generalização e coordenação de suas políticas, um mecanismo de constituição da força de trabalho assalariada por intermédio do Estado. Esse

papel foi extremamente importante para o processo de modernização. Como a maior parte dos bens de capital e tecnologia era importada e a mão – de – obra encontrava – se no setor agro-exportador da economia, criou-se um descompasso, entre meios de produção e força de trabalho. O Welfare State brasileiro atuou sobre esse descompasso, o que facilitou a migração dos trabalhadores dos setores tradicionais para os setores modernos e a constituição de uma força de trabalho industrial urbana no país (MEDEIROS, 2001, p. 10).

No primeiro momento, o Estado de Bem-Estar nacional, de 1930 a 1946 teve grande adesão popular, haja vista a implantação de outras políticas públicas na área de educação, saúde e previdência social, além das leis trabalhistas. Por outro lado, o regime político da época foi autoritário, repressivo e concentrado. Porém de 1946 a 1964, o autoritarismo perde espaço, mas não o populismo.

A partir de 1964, o Estado continua ditando os rumos das políticas sociais, mas não com o populismo do passado, devido à nova maneira repressiva e principalmente pelas profundas alterações na estrutura institucional e financeira das políticas públicas. As autoridades passaram a delinear o sucesso das políticas, através da concentração de renda, algo que ia de encontro ao caráter distributivo do próprio Estado de Bem-Estar.

Somente após a tecnocracia ter os êxitos do planejamento no “milagre econômico” o modelo de política social do regime militar começou a ser delineado. Nele, o progresso social seria derivado do crescimento econômico. O modelo de crescimento adotado pressupunha a necessidade de se acumular renda para garantir as bases do crescimento. A redistribuição dessa renda ocorreria posteriormente, por efeito trickle down (...). A concentração de renda, no entanto, tem custos sociais pesados. Para compensá-los e garantir a estabilidade política necessária ao crescimento econômico, o governo implementou uma série de políticas sociais de natureza assistencialista (MEDEIROS, 2001, p.14).

A distância entre a teoria e a prática do Welfare State veio se tornar mais evidente no momento em que houve a privatização das políticas sociais, mudando seu público alvo definido, para atender os interesses políticos e particulares, produzindo ações ineficazes, ineficientes e regressivas. Sendo assim, o Estado de Bem – Estar, não conseguiu modificar a realidade de parte da população, foram apenas políticas de uma elite preexistente na intenção de obter benefícios. Fato que se consolida, diante da redução do poder dos trabalhadores, frente à classe dominante e Governo, impossibilitando o compartilhamento de valores políticos favoráveis aos interesses da população.

Países em que as agências implementadoras de políticas sociais têm autonomia em relação à classe dominante e são capazes de elaborar programas que vão de encontro à lógica do mercado e aos interesses do governo encontram maiores possibilidades de configurar sistemas de proteção social com forte caráter redistributivo. Em países subdesenvolvidos, quando a burocracia é um dos grupos privilegiados que se beneficiam direta e indiretamente do Welfare State e, em vez de compor alianças políticas com movimentos organizados de trabalhadores, as compõe com classes dominantes, os gastos sociais tendem a apresentar caráter regressivo, privilegiando as parcelas mais ricas da população (MEDEIROS, 1999, p.15).

2.3 CRISE DO ESTADO DE BEM – ESTAR SOCIAL

O Welfare State, principalmente a partir de 1920, vinha realizando políticas de cunho social, que melhoravam a vida da população, criando condições ao desenvolvimento econômico, pois as políticas terminavam por estimular a demanda agregada. Todavia, estes programas tinham como única fonte de financiamento os cofres públicos, os quais se financiavam pela arrecadação de impostos. O recolhimento dos tributos está diretamente atrelado ao desenvolvimento da economia, uma vez que seu ritmo crescente leva a um aumento de arrecadação, e seu desaquecimento favorece uma redução na arrecadação.

Após a crise de 1929 e a Segunda Guerra mundial, alguns países conseguiram recuperar suas economias, alcançando taxas satisfatórias de crescimento, seja pela ajuda de instituições, como o BIRD, seja devido ao tamanho e disponibilidade de recursos naturais, caso do Brasil. Neste ambiente, a economia crescia, o estado aumentava sua arrecadação, que seria utilizada no financiamento de políticas públicas. Entretanto, a partir de 1970 começaram a ocorrer crises, como a falta de liquidez internacional, aumento dos juros e duas crises do petróleo. A conjugação destes fatores levou a um arrefecimento econômico, pois as empresas não conseguiam se financiar. Os juros altos aumentaram o serviço da dívida externa e a elevação nos preços do petróleo, encareceriam os produtos, tendo como consequência o desemprego e a crise. Com desemprego, eram necessárias mais políticas sociais, porém o Estado não se financiava como antes, ocasionando sua menor participação e com isso o término do Estado de Bem-Estar Social, ideologicamente combatido pelo Thatcherismo e Reaganômicos que abriram caminho à avassaladora onda neoliberal.

A disputa distributiva entre lucros/salários tendeu a se agravar, manifestando-se, no plano macroeconômico, na elevação da inflação, uma vez que o capital já não aceita mais o aumento dos salários reais, começando a repassar aos preços dos produtos todo aumento de custo daí derivados. Além disso a desaceleração do crescimento dos mercados consumidores, motivada pelo esgotamento do processo de difusão do padrão americano, se constituindo em uma das causas da crise, uma vez que reduz o investimento. Para agravar a situação reforçam-se as pressões endógenas para elevação dos preços. Em 1973 e novamente em 1979, houve uma majoração dos preços do petróleo – matéria-prima essencial para a matriz energética e padrão de industrialização desse país; e também em 1979 a elevação das taxas de juros americanas, que viria nos anos 80 ser uma das razões para a “crise da dívida externa” (FILGUEIRAS, 2000, p.51-52).

É evidente que esta mudança de cenário teve um decisivo impacto sobre o Estado de Bem-Estar.

Do ponto de vista fiscal e do financiamento do Estado, a situação se agravou, uma vez que a desaceleração do crescimento econômico, por um lado, reduziu a capacidade de tributação do Estado, comprometendo assim suas receitas; e por outro lado, aumentou seus gastos pelo crescimento do desemprego. O resultado final se expressou em crescentes déficits públicos, que acabaram pressionando pela elevação dos preços e colocando em xeque as bases de sustentação do Welfare State (FILGUEIRAS, 2000, p.52).

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família foi instituído em outubro de 2003, pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. O programa integra a estratégia Fome Zero, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Entretanto, este tipo de iniciativa governamental, teve origem no início do capitalismo industrial, que acelerou a urbanização e a ampliação da disparidade de renda.

No final do século XVIII, o mundo passou a viver em um novo modo de produção e de repartição de renda, devido à revolução industrial. Houve com essa revolução uma mutação do antigo modelo de produção, que era comunitário, artesanal e rural, para um modo organizado e em função de atender um mercado em larga escala, visando a crescente acumulação privada, de lucro e capital. A produção de larga escala, foi favorecida pela reforma agrária realizada pelo Governo Inglês, que estimulou a migração dos camponeses da zona rural para a cidade, gerando mão-de-obra barata e mercado para as indústrias. É certo que o objetivo do Governo foi alcançado, porém teve como consequência o aumento da pobreza e das desigualdades, atingindo principalmente os antigos camponeses. Aquele ambiente socialmente explosivo levou o Estado a tomar algumas atitudes, sendo uma delas a Lei dos Pobres, em que o Governo transferia renda para a população mais carente, dando origem ao programa de renda mínima.

Após a Inglaterra, outros países formularam o programa de transferência de renda. Mas este tipo de programa veio ganhar força depois da Segunda Guerra Mundial, quando a correlação de forças políticas permitiu, particularmente, na Europa Ocidental a implantação do Welfare State, Estado de Bem-Estar Social. No período do pós-guerra, como fruto de experiência recente, o Estado passou a elaborar políticas públicas para atender a necessidade da população. A grande parte destes benefícios teve como fonte de financiamento a arrecadação do Estado e os encargos sociais pagos pelos trabalhadores. Com isso, enquanto a economia permanecia em ritmo de crescimento, o Governo tinha recursos para manter os programas sociais, tornando o Estado de Bem-Estar satisfatório para grande parcela da população. No entanto, a partir dos anos 1970 o arrefecimento da economia, o desemprego, as crises de

petróleo e a pouca liquidez do mercado internacional, associado ao fim da guerra fria, possibilitaram o triunfo ideológico do neoliberalismo, conduzindo ao fim do Welfare State.

A crescente dualização social – seja pelo desemprego aberto, como na Europa Continental, seja pela qualidade dos postos de trabalho, como nos países anglo-saxões -, a aparição de novos atores sociais relativizam o conflito social centrado exclusivamente nas relações capital/trabalho, as mudanças culturais (famílias monoparentais, por exemplo), etc. são fatores que tendem a reduzir o Estado de Bem-Estar como instrumento de coesão social e redução das desigualdades. Paralelamente a essas tendências, a crescente internacionalização das economias e os problemas de desemprego tendem a reduzir as possibilidades de atenuar a dualização via políticas cujo eixo seja o mercado de trabalho (salário mínimo, aumento dos encargos sociais sobre a folha de pagamentos para financiar o seguro desemprego e as aposentadorias, etc.). Nessas circunstâncias, as políticas de renda mínima deixam de ser preocupação meramente acadêmica para fazer parte do debate sobre as alternativas de uma política social pós-fordista (LOBATO, 1991, p.13).

O enorme passivo social gerado levou os Governos de muitos países a adotarem políticas de transferência de renda, que podem ser uma maneira de minimizar a própria desigualdade, criada pelo novo modo de atuação estatal, trabalhista e social.

No caso brasileiro esta atitude do Estado não foi tomada, pois nas duas últimas décadas do século XX haviam outras prioridades, como descrita por Ana:

... o combate ao processo inflacionário e a retomada do crescimento eram prioritários. Nenhuma política de combate à pobreza e de redistribuição de renda parecia ser factível de ser implementada com eficácia, em uma economia mergulhada na recessão e com taxas de variação de preços próximas à hiperinflação. Extremando esse argumento, nessa época era comum afirmar-se que a melhor política de combate à pobreza e de redução das desigualdades era retomar a senda do desenvolvimento e obter o mínimo de estabilidade no nível de preços. Esse argumento parecia plausível na medida em que a ruptura do antigo modelo de desenvolvimento, no início dos anos 80, foi responsável pelo agravamento do quadro social (apud. LOBATO, 1991, p.14).

Em 1991, o primeiro sinal para aderir ao programa de renda mínima veio do projeto Legislativo apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy, que foi encarado como utópico e não avançaria no Parlamento Nacional.

O ambiente gerado pela Constituição Federal de 1988 e o fracasso da idéia de que o crescimento da economia faria uma sociedade mais justa e com oportunidades, fez que a proposta Suplicy de estabelecimento de um programa de renda mínima viesse a ser retomada.

Experiências locais foram realizadas em Campinas e no Distrito Federal, assim como programas voltados para os idosos, pessoas desempregadas, etc. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, esse tipo de política veio a ser implantada nacionalmente constituindo um sistema de transferência de renda, dividido em vários programas: Bolsa Escola, Vale Gás, Vale Alimentação, Vale Transporte, entre outros tipos de nomenclaturas. Como todo projeto em estágio inicial, não teve uma ampla quantidade de famílias beneficiadas, pois a burocracia dificultava o acesso de uma grande parcela da população ao benefício. Contudo, no mandato seguinte de presidente Fernando Henrique, o programa social foi reequacionado, com o Bolsa Família.

O Bolsa Família foi a união de todos os programas anteriores (Bolsa Escola, Vale Gás, Alimentação, Vale Transporte, entre outros), além de ter uma maior quantidade de famílias assistidas, devido à facilidade no acesso, informações claras e menor burocracia.

O programa é uma parceria das três esferas de governo: União, Estados e Municípios. Os Municípios fazem o cadastro das famílias, garantia do acesso à educação e saúde, e verificam o cumprimento das condicionalidades, entre outras funções. Já os Estados devem dar apoio aos municípios, criando uma infra-estrutura para o desenvolvimento de suas atividades. Por fim, à União cabe orientar os Municípios, promover articulação entre estes e os Estados, e transferir renda aos beneficiados.

Para as famílias serem contempladas pelo programa, elas devem ter uma renda per capita mensal de até R\$ 137,00, recebendo um valor que varia de acordo com a quantidade de crianças e jovens. Tais valores são: R\$ 20,00 por criança de até 15 anos, com no máximo três por família; R\$ 30,00 por jovem entre 16 e 17 anos, no máximo dois por família, ambos são chamados de benefícios variáveis. Existe o benefício básico, no valor de R\$ 62,00 para a família que tem uma renda per capita mensal de até R\$ 69,00. Ressaltando-se que este último benefício não concorre com outros dois, ou seja a família recebe o benefício básico, mesmo se receber ou não o benefício variável.

Tabela 1 – Transferência para famílias com renda per capita de até 69,00 (maio/2009).

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Valor do benefício
0	0	R\$ 62,00
1	0	R\$ 82,00
2	0	R\$ 102,00
3	0	R\$ 122,00
0	1	R\$ 92,00
1	1	R\$ 112,00
2	1	R\$ 132,00
3	1	R\$ 152,00
0	2	R\$ 122,00
1	2	R\$ 142,00
2	2	R\$ 162,00
3	2	R\$ 182,00

Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas

Assim, as famílias poderão ter seu benefício de R\$ 20,00 até R\$ 182,00.

Tabela 2 – Transferência para famílias com renda per capita de 69,01 a 137,00 (maio/2009).

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Valor do benefício
0	0	-
1	0	R\$ 20,00
2	0	R\$ 40,00
3	0	R\$ 60,00
0	1	R\$ 30,00
1	1	R\$ 50,00
2	1	R\$ 70,00
3	1	R\$ 90,00
0	2	R\$ 60,00
1	2	R\$ 80,00
2	2	R\$ 100,00
3	2	R\$ 120,00

Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas

Para as famílias continuarem a receber o benefício, elas devem cumprir certas condicionalidades exigidas pelo programa, nas áreas de educação e saúde. Na educação, as crianças e jovens devem cumprir certos percentuais de frequência, que é de 85% para crianças de 6 a 15 anos e 75% para jovens entre 16 e 17 anos. Na saúde, as gestantes devem realizar o acompanhamento pré e pós-natal e seguir o calendário de vacinas.

O Bolsa Família conta com uma grande quantidade de beneficiados em todo Brasil. É claro que alguns Estados são mais favorecidos que outros, devido a sua extensão ou quantidade de famílias que se encaixam nas exigências do programa. O número de beneficiados no país ultrapassa 11 milhões de famílias atendidas, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social em maio de 2009.

Tabela 3 – Brasil: Abrangência Nacional do Bolsa Família (maio/2009).

<u>UF</u>	<u>Qtde. municípios atendidos</u>	<u>Qtde. famílias atendidas</u>
AC	22	58.098
AL	102	370.022
AM	62	237.157
AP	16	41.863
BA	417	1.475.147
CE	184	904.778
DF	1	32.525
ES	78	177.916
GO	246	273.163
MA	217	790.592
MG	853	1.040.479
MS	78	112.471
MT	141	136.194
PA	143	569.352
PB	223	435.667
PE	185	942.783
PI	223	378.515
PR	399	408.162
RJ	92	602.680
RN	167	309.188
RO	52	105.960
RR	15	36.954
RS	496	406.214
SC	293	124.141
SE	75	198.007
SP	645	1.079.854
TO	139	108.040
Total	5.564	11.355.922

Fonte: https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp

Fato que chama atenção, é que entre todos os Estados, a Bahia é o que mais recebe o benefício do Bolsa Família, com 13,17%. É certo que o Estado tem uma grande quantidade de municípios, mas isso por si só não é condição suficiente para receber o benefício, e sim a baixa renda per capita das famílias. Por outro lado, é o Estado que mais depende da eficiência do programa no longo prazo, principalmente, no que diz respeito à presença das crianças na escola, possibilitando uma maior escolaridade, importante, para o crescimento econômico da região.

3.1 CONDICIONALIDADE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

Devido ao rápido avanço da tecnologia e globalização, a passagem do século XX para o XXI é mais que uma mudança cronológica, é o surgimento de uma nova tendência nas relações sociais, comerciais e comportamentais. As mudanças que ocorreram nas relações trabalhistas, haja vista a maior competitividade entre as empresas, alteraram o perfil do trabalhador, para um mais polivalente, bem informado e principalmente com maior grau de escolaridade.

Desta forma, o Bolsa Família passou a exercer um importante papel na sociedade, não apenas na transferência de renda, mas principalmente com a condicionalidade de frequência escolar, pois esta não terá seus efeitos dissipados no presente, haja vista que a educação cria os pilares para o desenvolvimento futuro do país. A condicionalidade trabalha com os seguintes percentuais: 85% de frequência para crianças de 6 a 15 anos e 75% para jovens entre 16 e 17 anos. O Governo com essa medida, pretende manter as crianças na sala de aula, proporcionando a conclusão dos seus estudos, o que lhes dará melhores oportunidades no concorrido mercado de trabalho.

Com o Bolsa Família, o Governo buscou solucionar um dos graves problemas que o país vem enfrentando nos últimos anos, que é a evasão escolar, alicerçada principalmente na necessidade do trabalho infantil, pois a baixa renda familiar, força as crianças migrarem das escolas para uma atividade lucrativa, que represente uma complementação na renda. Todavia, com o programa, o Governo tem intenção de reverter esse quadro, uma vez que aquele dinheiro ganho com o trabalho é substituído ou compensado, com a transferência do Bolsa Família. Por outro lado, existe a condicionalidade de frequência que acaba forçando as crianças se manterem na escola.

O elo entre esses objetivos imediatos e de longo prazo deveria passar pela educação. Se esta tem uma relação (positiva) com rendimentos auferidos no mercado de trabalho, a pobreza do núcleo familiar hoje pode determinar uma participação precoce no mercado de trabalho, o que impossibilita a educação e condiciona as possibilidades de sair da pobreza gerações futuras. Se este diagnóstico tem algum grau de veracidade, elevar a escolarização de crianças e jovens requer uma compensação financeira que permita cobrir o custo de oportunidade (rendimento que deixar de ganhar no mercado de trabalho) da frequência escolar. A renda mínima vinculada à educação permitiria, assim, associar uma política compensatória (objetivos sociais de curto prazo) com uma ruptura do círculo vicioso da pobreza (objetivos sociais de longo prazo) (CAMARGO, 1998, p.16).

Além da manutenção dos estudantes nas escolas e por consequência a redução do índice de evasão escolar, o que já representa uma evolução do país, são as externalidades positivas que podem ser o grande benefício do Bolsa Família. Na medida que o programa cria condições para o jovem concluir seus estudos e exercer uma profissão, o Governo contribui para que este mesmo jovem produza ganho individual, na medida em que o tempo de escolaridade contribui para o aumento da sua renda e ganho coletivo, pois a externalidade da educação cria um bem-estar social. É o caso de um professor que dissemina seus conhecimentos entre aqueles que ainda não têm e aperfeiçoa os daqueles que já possuem, como também, dos médicos salvando vidas e dos economistas trabalhando pelo bem-estar social. Assim, o Governo não investe apenas na criança, mas no potencial econômico e social que ela venha externar para o coletivo.

Com o aumento da escolaridade eleva-se a qualidade da mão-de-obra, melhorando a competitividade das empresas, o que cria ganho em suas relações comerciais, tanto no âmbito do mercado interno, quanto no externo. Isso acarreta um aumento da produção, conseqüentemente no emprego e renda, os quais representam fatores determinantes para o crescimento econômico. Prova disso, foi o investimento em educação feito pelo Japão, o que lhe proporcionou um rápido desenvolvimento econômico, mesmo sobre destroços da Segunda Guerra Mundial.

A superioridade das nações desenvolvidas sobre as subdesenvolvidas está na qualidade e abrangência da educação oferecida às suas populações. Vê-se o caso rápido da recuperação econômica das nações devastadas com a segunda guerra mundial, como Japão, Alemanha e França, que não dispunham nem mesmo de recursos naturais, mas apenas de um capital humano, formado por uma educação de alta qualidade. Em seus níveis mais elementares, a educação assegura à força de trabalho, já permite a absorção da tecnologia, sua adaptação, seu aperfeiçoamento, assim como o próprio desenvolvimento científico, que conduz à criação de tecnologias (ALENCAR, 1998, p.78).

O Bolsa Família não é apenas um programa que transfere renda, para combater a pobreza e a desigualdade social. Representa o ponto de partida para o desenvolvimento social e econômico de uma nação, repleta de desigualdade e corrupção. Por conta disso, é válido pensar o programa como uma iniciativa de proporciona ao país esperança de um futuro melhores condições mínimas de sobrevivência.

4 ESTUDO DE CASO: A ESCOLA MUNICIPAL XAVIER MARQUES

Neste capítulo trabalha-se com os dados da Escola Municipal Xavier Marques, localizada no bairro Bom Juá em Salvador, procurando verificar a influência do Programa Bolsa Família na manutenção do aluno em sala de aula.

A cidade de Salvador possui 411 escolas municipais, as quais têm em comum, mesmo com suas diferentes realidades estruturais, administrativas e pedagógicas alunos beneficiados pelo Bolsa Família. Entre estas escolas, está a Xavier Marques que possui 500 alunos matriculados do maternal a 4ª série, e deste total 177 são beneficiados pelo Programa. Cabe à escola realizar um acompanhamento mensal da frequência dos bolsistas e enviar ao Governo Federal. O Ministério de Desenvolvimento Social, gestor federal do Programa, analisa a frequência de cada aluno e caso esteja abaixo de 85%, comunica à família que a permanência dos baixos índices de frequência ocasionará o cancelamento do benefício. Esta atitude é tomada, no intuito de manter a criança em sala de aula, combater a evasão e o trabalho infantil. Neste estudo de caso verificou-se o comportamento da presença dos alunos beneficiados da Escola Xavier Marques em 2007 e 2008, comparando a mesma com a frequência dos não beneficiados, para verificar a eficácia desta condicionalidade do Bolsa Família.

4.1 FREQUÊNCIA DOS ALUNOS BENEFICIADOS

No ano de 2007, foram apuradas as presenças de 178 alunos da alfabetização a 4ª série, nos meses de fevereiro a julho, outubro e novembro¹.

¹ Em fevereiro e março foram apuradas apenas as presenças da 1ª e 2ª série, em abril e maio apenas a 2ª, 3ª e 4ª séries. Nos meses de junho e julho, não constam a presença do maternal II, alfabetização e 1ª série. Já em agosto e setembro não foi encontrada frequência de nenhuma turma.

Tabela 4 – Frequência dos alunos beneficiados em 2007

ANO/MÊS	2007
FEVEREIRO	69,23
MARÇO	64,63
ABRIL	64,06
MAIO	72,53
JUNHO	86,80
JULHO	89,43
OUTUBRO	87,18
NOVEMBRO	85,05
MÉDIA NO ANO	77,35

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

No ano de 2007, os estudantes beneficiados apresentaram uma distribuição de frequência superior aos 60%, em todos os meses. Sendo o período com melhor distribuição de presença o segundo semestre letivo, quando o índice de frequência esteve próximo dos 90%. Com isso, mais alunos cumpriram a condicionalidade do Bolsa Família e por extensão permaneceram na escola.

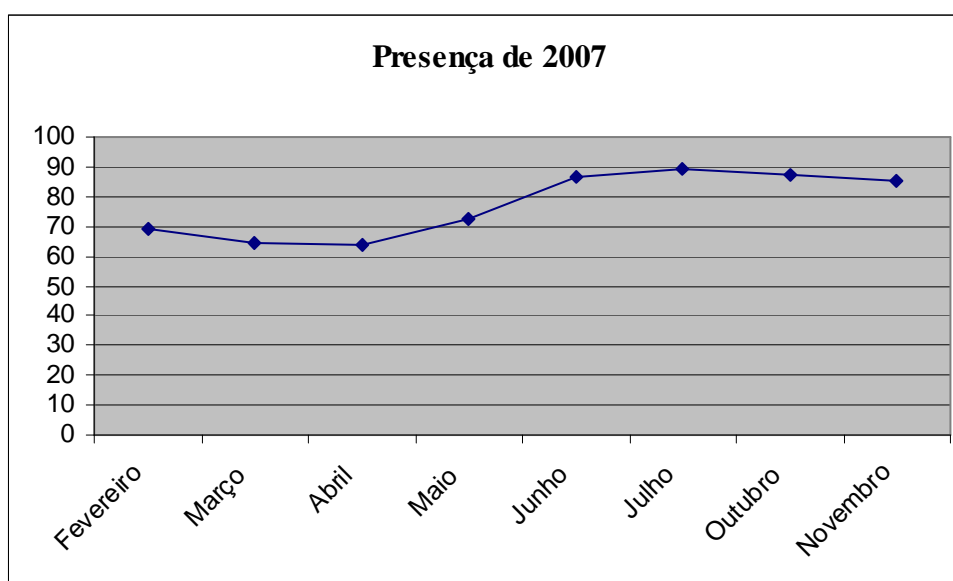


Gráfico 1 – Frequência dos alunos beneficiados em 2007

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

No gráfico 1 é possível visualizar como se comportou a trajetória de frequência ao longo do ano letivo. O período começou com uma frequência de 69,13% que se reduziu até o mês de abril, quando retomou o crescimento até o final do ano letivo acima do percentual de frequência legal estabelecido. A trajetória de queda do período fevereiro/abril deveu-se a coincidência com o período de festas populares em Salvador, quando as famílias de baixa renda empregam todos os seus membros como vendedores ambulantes.

Entre as turmas com maiores taxa média de presença, estão a 4ª série e alfabetização.

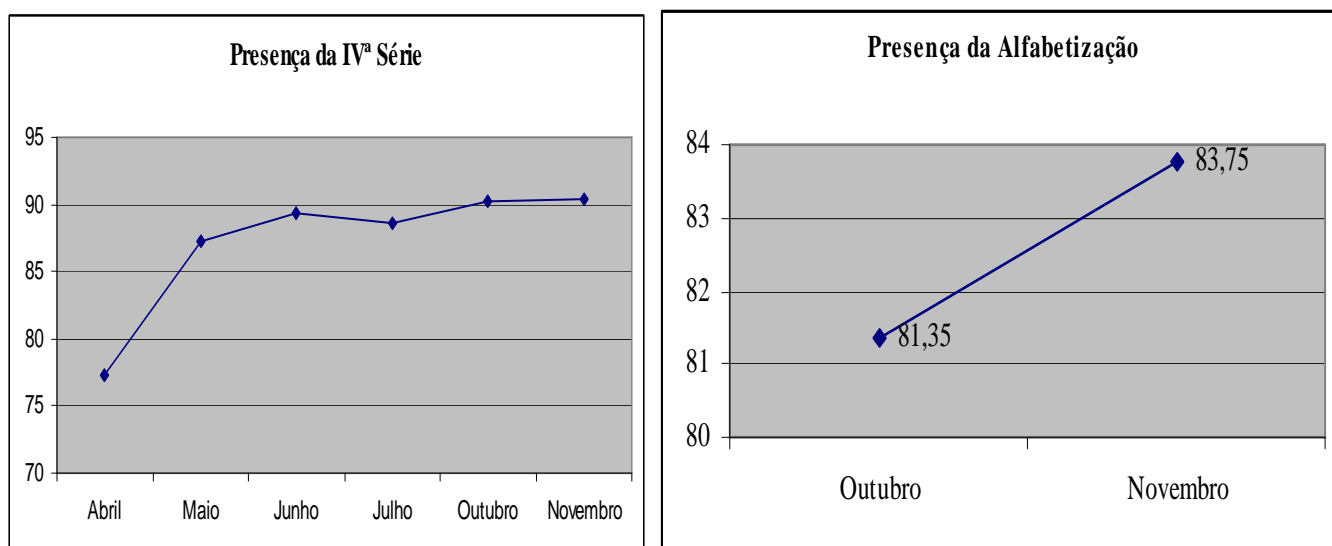


Gráfico 2 - Frequência dos alunos beneficiados da alfabetização e 4ª série

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

O segundo ano a ser analisado foi 2008, período em que foi apurada a frequência de 177 alunos do maternal à 4ª série, de fevereiro a novembro².

² Na apuração da frequência de 2008, não foram encontrados os percentuais dos meses de fevereiro e março, dos maternais I e II. No ano não foi encontrado o percentual de presença da alfabetização.

Tabela 5 – Frequência dos alunos beneficiados em 2008

ANO/MÊS	2008
FEVEREIRO	80,20
MARÇO	82,91
ABRIL	85,23
MAIO	85,72
JUNHO	81,60
JULHO	84,25
AGOSTO	86,36
SETEMBRO	86,06
OUTUBRO	85,99
NOVEMBRO	86,31
MÉDIA NO ANO	84,46

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

Os dados de frequência dos alunos beneficiados em 2008 foram superiores aos de 2007, uma vez que as taxas de presença foram maiores que 80%, em todos os meses do período, com uma média anual de 84,46%. Em média a cada 10 alunos beneficiados, 8 frequentaram regularmente as aulas.

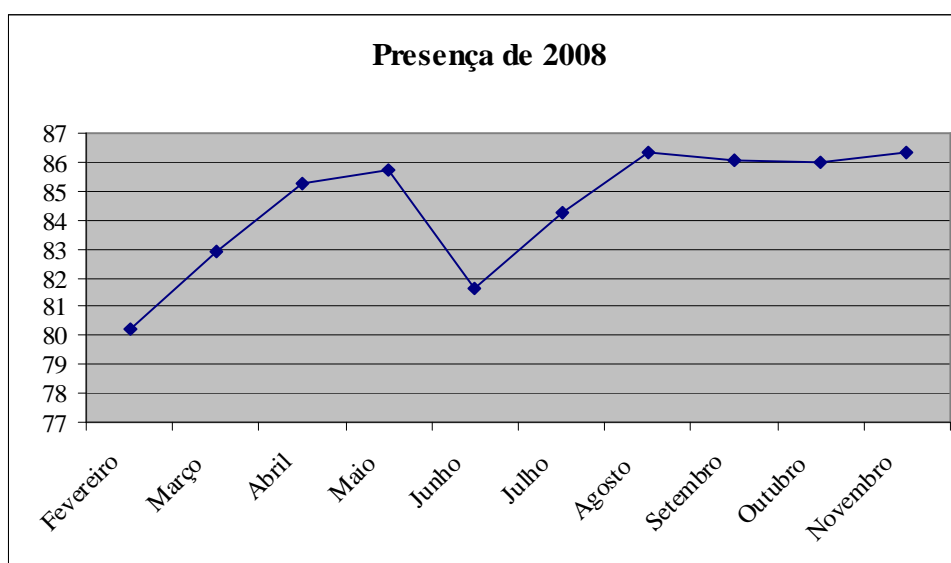


Gráfico 3 – Frequência dos alunos beneficiados em 2008

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

Na ilustração gráfica é possível constatar os altos índices de presença em 2008. O índice partiu dos 80,20% em fevereiro, elevando-se constantemente até maio (85,72%). Em junho, período das festas tradicionais na Bahia houve uma queda na frequência. Após junho a frequência aumentou até o final do período letivo, com índices maiores que 85%. Como em 2007, a distribuição de frequência de 2008 foi aumentando ao longo do ano, principalmente a partir do segundo semestre.

O aumento de frequência no segundo semestre letivo, observado em 2007 e 2008, é devido ao comunicado enviado pelo Programa às famílias beneficiadas, devido os índices de frequência escolar no início do período terem ficado abaixo da meta. O comunicado informa que persistindo a baixa frequência, as famílias teriam o benefício cancelado. É este temor pela perda da renda do Bolsa Família, que força as famílias beneficiadas estimularem seus filhos a permanecerem na escola, assim aumentando a frequência e diminuindo a evasão escolar.

Em 2008 as turmas com maiores taxas de presença foram a 4ª e 1ª série, com percentuais de frequência média maiores que 85%.

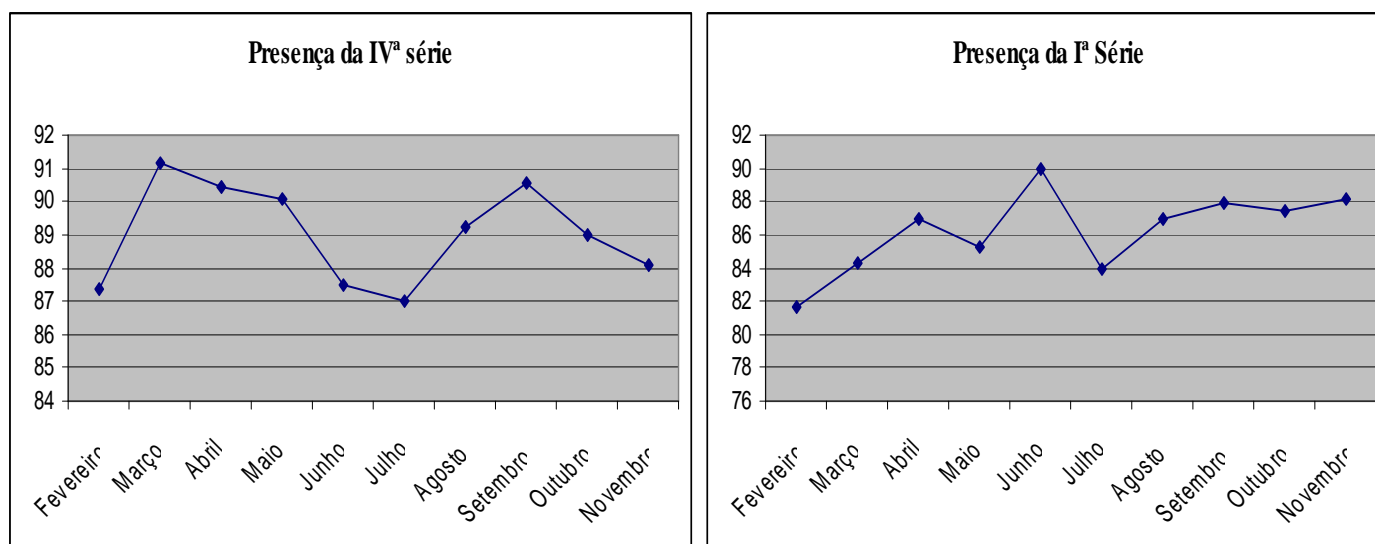


Gráfico 4 – Frequência dos alunos beneficiados da 4ª e 1ª série

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

4.2 COMPARAÇÃO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ALUNOS BENEFICIADOS E NÃO BENEFICIADOS EM 2007 E 2008.

Neste item procurou-se comparar a frequência dos alunos beneficiados com a dos não beneficiados pelo Bolsa Família em 2007 e 2008. Tal procedimento visou comprovar se o Programa foi eficiente ou não, uma vez que a maior frequência dos alunos beneficiados frente aos não beneficiados configura a força que o Bolsa Família teve no estímulo à permanência do aluno na escola.

Tabela 6 - Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2007

ANO/MÊS	2007 (BENEFICIADOS)	2007 (NÃO BENEFICIADOS)
FEVEREIRO	69,13	68,33
MARÇO	64,63	88,54
ABRIL	64,06	86,99
MAIO	72,53	82,22
JUNHO	86,30	78,92
JULHO	89,43	84,27
OUTUBRO	87,18	80,75
MÉDIA NO ANO	76,18	81,43

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

Neste período, apenas foi possível realizar a comparação nos meses de fevereiro a julho e outubro, pois não foram encontrados dados de agosto e setembro dos beneficiados e novembro dos não beneficiados. Nos meses apurados, verificou-se que a frequência dos alunos não beneficiados no primeiro semestre letivo foi superior ao dos beneficiados pelo Programa. Contudo, os dados disponíveis a partir de junho/2007, indicaram uma inversão de comportamento entre os dois grupos, refletindo o resultado do monitoramento do Programa pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

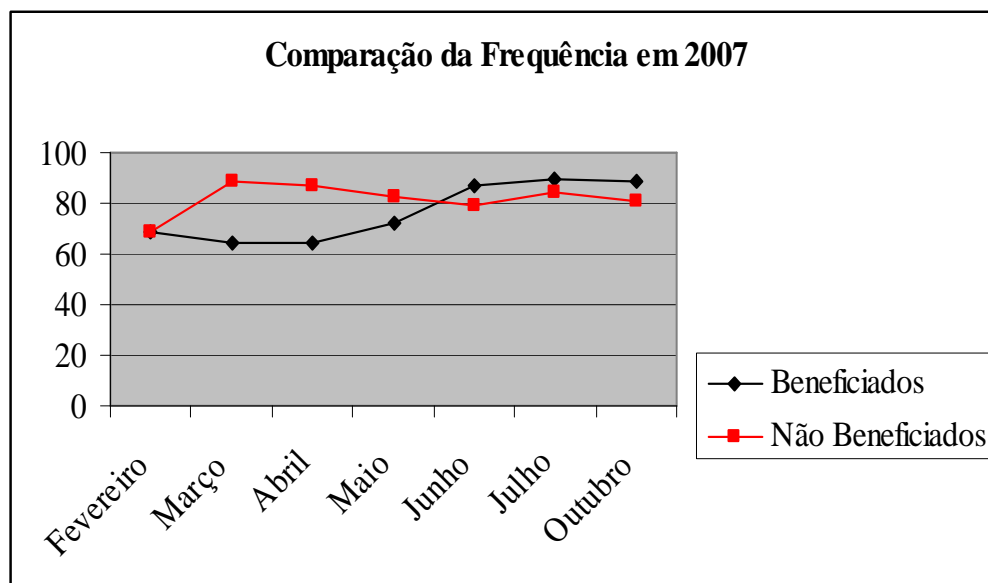


Gráfico 5 – Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2007

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

No gráfico é possível visualizar a trajetória de frequência dos beneficiados e não beneficiados, em 2007, constatando-se que o controle do Programa teve um efeito positivo quanto a frequência escolar dos alunos beneficiados pelo Bolsa Família, ao longo do ano letivo.

Tabela 7 - Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2008

ANO/MÊS	2008	2008
	(BENEFICIADOS)	(NÃO BENEFICIADOS)
FEVEREIRO	80,20	78,51
MARÇO	82,91	81,26
ABRIL	85,23	76,28
MAIO	85,72	78,01
JUNHO	81,60	78,42
JULHO	84,25	82,45
AGOSTO	86,31	82,20
SETEMBRO	86,06	81,65
OUTUBRO	85,99	77,35
NOVEMBRO	86,36	81,19
MÉDIA NO ANO	84,46	79,73

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

No ano de 2008, em todos os meses, a frequência dos beneficiados foi maior que a dos não beneficiados. Esta maior taxa média de presença refletiu a melhoria dos controles do Bolsa Família que se mostraram eficientes como política de manutenção do estudante na escola, pois a ameaça de suspensão do benefício diante do baixo índice de presença escolar, influenciou na frequência dos beneficiados em 2008.

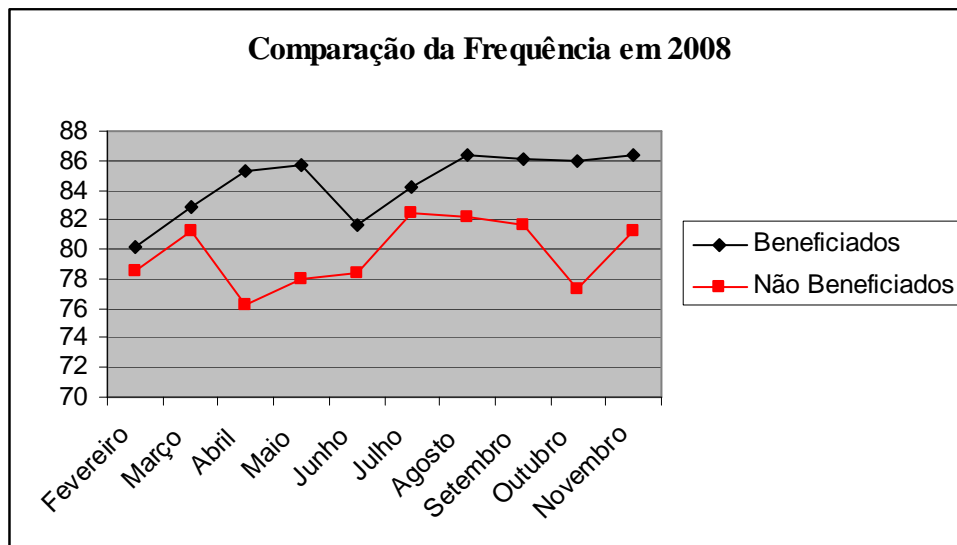


Gráfico 6 - Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2008

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

O gráfico 6 evidencia os elevados índices de frequência dos estudantes beneficiados, frente os não beneficiados, com maiores diferenças nos meses de abril e maio, agosto a novembro. A trajetória dos beneficiados, parte dos 80,20%, em fevereiro, alcançando seu máximo em novembro 86,36%. A trajetória de presença dos não beneficiados inicia-se com 78,51%, atingindo seu maior índice em julho, com 82,45%.

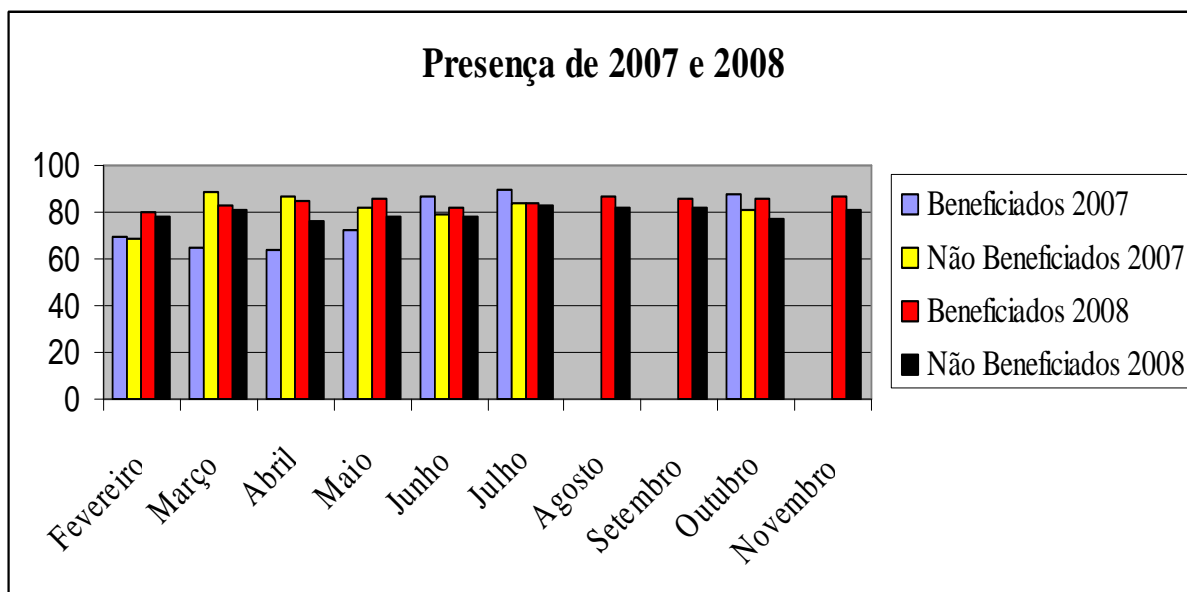


Gráfico 7 – Frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados em 2007 e 2008

Fonte: Escola Municipal Xavier Marques

Os índices de frequência escolar dos estudantes da Escola Xavier Marques se mostraram positivos, com presença superior a 60%. A condicionalidade de frequência teve uma importante influência no alcance deste satisfatório índice de presença. Em 2007, o Bolsa Família não foi tão eficiente, para manter o aluno na escola (frequência média de 76,18%). Contudo, à medida que os mecanismos de controle do Programa vem sendo ajustados, o rigor no cumprimento da condicionalidade da frequência vem aumentando ao longo do tempo, e algumas imperfeições vêm sendo corrigidas. Esta nova realidade já se refletiu nos dados de frequência escolar dos bolsistas em 2008, período em que o programa foi eficiente neste propósito, dando à sociedade brasileira esperança de um futuro com menos exclusão, mais oportunidades e o tão almejado desenvolvimento do Brasil.

5 CONCLUSÕES

O Bolsa Família pode ser considerado um dos grandes programas sociais dos últimos anos, uma vez que busca minimizar a desigualdade social e econômica por meio da transferência de renda. Com o benefício, as famílias podem ampliar o consumo de bens indispensáveis a sua sobrevivência, o que até então era impossível, diante da sua renda. Nesta monografia focou-se mais um benefício que o programa traz para a sociedade, favorecendo a manutenção do jovem na escola, pois a formação escolar é um facilitador da sua entrada no mercado de trabalho, tornando-o mão-de-obra qualificada, ferramenta fundamental para o desenvolvimento do país.

No capítulo 2 a pesquisa mostrou o desenvolvimento e as diferentes formas de surgimento do Estado de Bem-Estar Social, modelo de estado que guarda semelhanças com a política pública do atual governo brasileiro. O Estado de Bem-Estar surgiu da necessidade do amparo estatal diante dos problemas sociais causados pelo capitalismo, uma vez que com a industrialização houve uma exploração do trabalhador, com aumento da sua carga horária, menores salários, péssimas condições de trabalho e falta de políticas sociais e trabalhistas. Cenário propício para disseminação das teorias Marxistas e Pluralistas e dos ideais do francês Jean Charles Sismondi, que pregavam a participação mais atuante do estado na defesa dos interesses sociais. As teorias serviram de combustível para inflamar a população na organização de passeatas e revoltas exigindo mudanças na maneira de atuação do Governo. Mobilização que deu resultado, pois o Estado passou a implantar políticas públicas como seguro desemprego, leis trabalhistas e operacionalizar serviços que antes estavam restritos à esfera privada na área de educação e saúde.

Ao analisar o Programa Bolsa Família procurou mostrar as características do benefício, a maneira como foi implantado, quem tem direito ao programa, os valores que receberão e quais contrapartidas devem cumprir para se manter o benefício. Dentre as contrapartidas exigidas pelo Bolsa Família, verificamos que a condicionalidade da frequência escolar é a mais importante e principal desse estudo. Verificou-se que esta condicionalidade vem reduzir a evasão escolar que deve gerar benefício no longo prazo, pois ao vincular a percepção da bolsa à frequência escolar, retira o jovem da rua e/ou do trabalho precoce e amplia sua capacidade futura de geração de renda, o que reduz a probabilidade de reprodução da pobreza por gerações. Isso porque aquela renda que seria adquirida no mercado de trabalho acaba

sendo compensada pela transferência do Bolsa Família, levando o estudante a não necessitar do trabalho precoce.

O estudo dos dados disponíveis de frequência dos alunos beneficiados e não beneficiados na Escola Municipal Xavier Marques, nos anos de 2007 e 2008, constatou índices de presença escolar dos estudantes bolsistas, que ultrapassaram 80% de frequência. Na comparação da frequência, os estudantes beneficiados tiveram uma presença maior que os não beneficiados na maior parte do período, demonstrando que a adoção do critério de controle e estabelecimento de parâmetro de limite de frequência se mostrou eficiente como ferramenta para manutenção do estudante na escola, o que demonstra que a operacionalização do programa quanto à condicionalidade de frequência está correta.

Assim o Bolsa Família pode ser considerado como uma importante política pública para o Brasil e desmistifica a denominação de uma política clientelista, pois fortalece a cidadania, combate a exclusão social e reinsere uma parcela da população que até então estava excluída devido sua situação financeira. Além disso, deve criar condições para o desenvolvimento futuro do país, à medida que retira a futura geração das ruas e coloca-a na sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Geraldo. **Brasil e seu futuro**. LTDA, São Paulo: Makron Books, 1996. Parte II, capítulo 5.

BOMBIG, Jose Alberto. Bolsa família acelera em região com mais eleitoras. **Folha de São Paulo**, a. 88, n. 28.845, 24.03.08, p. A6.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://www.beneficiossociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio>. Acesso em: 25/05/2009

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades. Acesso em: 05/02/2009

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas . Acesso em: 25/05/2009

CAMARGO, José Marcio. Apresentação; (org.). In: LOBATO, Ana Lúcia Martins. **Garantia de Renda Mínima**. Brasília (DF): IPEA, 1998.

CONSTANTINO, Luciana. Contra desigualdades trabalho é melhor que bolsa família. **Folha de São Paulo**, a. 85, n. 27.730, 05.03.05, p. A4.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. “**Welfare State**”, **crise e gestão da crise**: um balanço da literatura internacional. Disponível: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_04. Acesso em: 03/03/2009

DUALIBI, Julia; BORSATO, Cíntia. Ela empurra o crescimento. **VEJA**, v. 41, n. 13, ed. 2054, p. 84-89, abr. 2008.

ESPING-ANDERSEN, GOSTA. As três economias do Welfare State. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 24, p. 85-115, 1991.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. 2.ed.ampl. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 41-67.

FIORI, José L. **Estado do Bem-Estar Social**: Padrões e Crises. São Paulo: USP/IEA, a. 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/index>. Acesso em: 03/03/2009.

FUCS, José. É melhor que a bolsa família. **Época** n. 441, p. 64-66, out. 2006.

GIBE, Charles; RIST, Charles. **Historia das Doutrinas Econômicas**. Rio de Janeiro: Alba, 1941, p. 201-223.

LAVINAS, Lena; VARSANO, Ricardo. Programa de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza; (org.). IN: LOBATO, Ana Lúcia Martins. **Garantia de Renda Mínima**. Brasília (DF): IPEA, 1998, p. 49-79.

LEAL, Carlos I. Simonsen; WERLANG, Sergio R. da Costa. Educação e distribuição de renda; (org.). In: IERJ, CAMARGO, Jose Marcio; GIAMBIAGI, Fabio. **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 1991, p.83-95.

LOBATO, Ana Lúcia Martins. **Garantia de Renda Mínima**. Brasília (DF): IPEA, 1998.

MACARIO, Caio. Mais problemas no bolsa família. **Jornal A Tarde**. Salvador, 03.03.06, p.10.

MAGALHÃES, Antonio R.. A solução pela comunidade: desenvolvimento e participação. (org.). IN: VELOZO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Modernidade e pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994, p. 163-178.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sócias dos anos de 1930 aos 1990. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 852.)

MEDEIROS, Marcelo. **A transposição de teorias sobre a institucionalização do Welfare State para o caso dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 695.)

OLIVEIRA, Ozório Carneiro. **Impacto do bolsa família na economia de subsistência do município de Pé de Serra/BA**.2005. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA, 2005.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 12 ed São Paulo: Brasiliense, 1982.

PERES, Leandra. A moeda eleitoral de lula. **VEJA**, a. 39, n. 17, ed. 1954, maio 2006.

PIORE, Minchael J.; SABEL, Charles F. **The Second Industrial Divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books. 1984.

PAMPONET, André. Conceitos e preconceitos no debate sobre o bolsa família. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 157, p 10-15, out/dez, 2007

RAMOS, Carlos Aberto. Programa de garantia de renda mínima; (org.). In: LOBATO, Ana Lúcia Martins. **Garantia de Renda Mínima**. Brasília (DF): IPEA, 1998, p. 23-44.

ROMÃO, Mauricio Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. (org.). IN: IERJ, CAMARGO, Jose Marcio; GIAMBIAGI, Fabio. **Distribuição de renda no Brasil**. São Paulo: Paz e terra, 1991, p. 97-116.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State. **Política e Trabalho**, set. 1999, p. 29-42. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/15-silva.html>. Acesso em: 12/05/2009.

SCHWARTZMAN, Simon. Os desafios da educação no Brasil; (org.). IN: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 9-43.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Ataque à miséria. (org.). IN: VELOZO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Modernidade e pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994, p. 196-291.

WIECZYNSKI, Marineide. **Considerações teóricas sobre o surgimento do Welfare State e suas implicações nas políticas sociais**: uma versão preliminar. Disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br/publicação/considecoes>. Acesso em: 03/03/2009